

DISCURSO PROFERIDO NA ABERTURA DO I CURSO BRASILEIRO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS: OS DIREITOS HUMANOS DESDE A DIMENSÃO DA POBREZA, NO DIA 18 DE JUNHO DE 2012, NO AUDITÓRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

• • • • •

César Oliveira de Barros Leal

Presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos (IBDH).

Minhas primeiras palavras são de agradecimento às senhoras e aos senhores, que nos concedem o privilégio de sua presença. Saudações aos integrantes da mesa. Um registro de gratidão aos que nos apoiaram nesse evento. Foram tanto; não poderei nominá-los a todos, e me antecipo nas escusas por omissões imperdoáveis, mas consigno os nomes do Dr. Fernando Oliveira, Procurador Geral do Estado; Dra Lília Maia de Moraes Sales, Vice-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Unifor; Dra. Mariana Lobo, Secretária de Justiça e Cidadania, além do Banco do Nordeste, da Casa Militar e da Justiça Federal. Uma nota especial para Igor Brandão Feitosa de Carvalho, responsável pela transmissão *on line* desta solenidade à rede latino-americana de juízes e aos acadêmicos membros do Instituto Colombiano de Direitos Humanos. Um abraço fraternal à minha esposa Ivana e aos amigos aqui presentes, com a amplitude do meu regozijo de revê-los nesta noite exuberante de emoções.

Associo-me ao Prof. Paulo Bonavides, Vice-Presidente do IBDH, amigo particular do Dr. Jorge Carpizo, recém-falecido, para pedir a todas e todos que nos ponhamos de pé por um minuto de silêncio, em sua homenagem. Jorge Carpizo foi um dos mais ilustres juristas de nosso século, Reitor da Universidade Nacional Autônoma do México, Procurador Geral da República, Diplomata, Ministro da Suprema Corte de Justiça e Presidente Fundador da Comissão Nacional dos Direitos Humanos.

Senhoras e senhores. Eis que estamos dando início, no dia de hoje, ao I CURSO BRASILEIRO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMA-

NOS, materializando um sonho, tão fascinante quanto ousado: o de replicar, em solo brasileiro, o prestigioso curso que há trinta anos se ministra em San José, na Costa Rica, com o selo de excelência do Instituto Interamericano de Direitos Humanos.

Carro-chefe do IIDH, uma entidade internacional criada em 30 de junho de 1980, mercê de convênio entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a República da Costa Rica, este curso emblemático tem contribuído para o encorajamento e a consolidação de uma cultura de direitos humanos nas Américas, através da capacitação de milhares de profissionais, de diferentes níveis e categorias, atores chaves de um processo de mudança, muitos dos quais brasileiros e inclusive cearenses, responsáveis pelo avigoreamento dos ideais democráticos, pela edição de leis progressistas e pela criação de organismos não governamentais, em seus respectivos países.

De sua versão brasileira participam cerca de 100 alunos, selecionados entre mais de duzentos pré-inscritos, incluindo-se entre eles representantes da sociedade civil, juízes federais, defensores públicos, procuradores do estado, promotores e procuradores de justiça, advogados da União, policiais militares, professores e alunos universitários, entre outros, egressos alguns de diferentes estados e que se somam a um seleto grupo de observadores nacionais e internacionais.

Por sua dimensão e suas particularidades, esta atividade intensiva, de duas semanas, que conta em seu corpo docente com renomados especialistas em direitos humanos do Brasil e do exte-

rior, há de se converter, a partir das reflexões críticas e propositivas que enseja a seus participantes, num divisor de águas na trajetória do ensino, da investigação e da promoção dos direitos humanos em nosso país.

Realizá-lo na terra de Frei Tito, Hélder Câmara, Rachel de Queiroz, Paulo Bonavides e Noemi Elisa Aderaldo, constitui um repto que se justifica não apenas por ser Fortaleza a sede do IBDH, uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 1990, senão também porque nos alenta uma proposta ambiciosa: fazer de nossa cidade um *locus* de referência em educação em direitos humanos e no domínio sua proteção. E o exemplo maior, nosso modelo, aqui se encontra: o Dr. Roberto Cuéllar, Diretor Executivo do IIDH, um dos mais ilustres e talentosos intelectuais da América Latina.

Os fundadores do IBDH têm a consciência, compartilhada com os dirigentes do IIDH, de que, a despeito das proclamações de direitos contidas em documentos históricos e internacionais, os direitos humanos não impregnaram ainda a consciência dos cidadãos e dos governantes, de modo particular no continente latino-americano. Tal como pontuamos na apresentação do número 11 da revista do IBDH, firmada por mim e por Antônio Augusto Cançado Trindade: *Essa dicotomia entre “falar e agir” provoca um considerável desgaste e uma descrença generalizada. Isso é deplorável, na medida em que devemos não apenas conhecer nossos direitos, mas também saber defendê-los e exigir sua proteção por parte do poder público, reduzindo assim o espaço ocupado pela injustiça, pela violência e pela arbitrariedade.*

A escolha da temática central, objeto de estudo na versão 2008 de sua matriz da Costa Rica e de seu marco estratégico no período 2008-2010, deriva da constatação de que a pobreza endêmica, crítica, sobretudo a extrema, a mais cruel das doenças consoante a OMS, causa e produto de severas violações dos direitos humanos, representa um descomunal desafio ao sistema interamericano de direitos humanos, posto que, em eterna vigência e curva ascendente, afeta a vida e o cotidiano de milhões de crianças e adultos de nosso hemisfério, pletórico em disparidades sociais, em manchas de penúria e desnutrição, onde o futuro para muitos não possui rosto nem cores, onde viver é apenas sobreviver, onde o espectro da fome, da fome que mata, da fome que faz gemer, da fome que corrói nossas entranhas como um câncer, exhibe-se ante os olhos indiferentes e despidos dos usurpadores de nossa fé e de nosso voto.

Na esteira dessa tragédia sem fim, os índices de marginalidade e violência se elevam, principalmente nas áreas urbanas, onde vive boa parte da população, segundo os relatórios do PNUD e confirmados na Rio+20, a níveis inquietantes. Pobre país rico. Reféns da insegurança, obesos de um medo intenso e agudizado, paira sobre nós, como espada de Dâmoqueles, a ameaça contínua daqueles que, marcados pelo abandono a que foram expostos desde a infância, embrutecidos com frequência nos abjetos e saturados calabouços de nosso sistema prisional, *estufas em que o vírus do mal se reproduz e onde se castiga a pobreza e não o delito*, têm sede de vingança e com desenvoltura roubam, estupram, matam sem compaixão, mesmo que suas vítimas sejam inocentes criaturas que mal desabrocharam para a vida. O temor visceral, que nos acomete e nos obriga a viver de forma cada vez mais limitada, nos enclausura em nossa impotência e vulnerabilidade. Pobre país rico, contraditório, paradoxal.

É de conhecimento notório que as condições de exclusão e de indigência, agregadas à precariedade do acesso à justiça e à participação política, clamam por um esforço comum e plural, particularmente da sociedade civil (cujas pressões são cruciais no diálogo com as instituições públicas) no sentido de revigorar a pauta e o discurso dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, com ênfase em seu caráter universal e indivisível, em sua interdependência e justiciabilidade, tendo em mira a formulação de políticas públicas aptas a contribuir para minorar e superar as condições dos que vivem abaixo da linha da pobreza, entendendo-se, de conformidade com a *jurisprudência constante* da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que outra perspectiva não pode nem deve existir na busca imparável de melhorar o índice de desenvolvimento humano, efetivar a segurança alimentar, a participação cidadã e o ideal de democracia em sua mais pura dimensão social.

Estamos convencidos de que este Curso não seria possível sem o apoio inapreciável de um conjunto de instituições e pessoas que se uniram ao IBDH e ao IIDH para torná-lo realidade. A duas pessoas rendemos um tributo especial de gratidão, por sua entrega, seu empenho diuturno. Convidamos, pois, a Dra. Soledad García Muñoz, Coordenadora do Escritório Regional do IIDH no Uruguai e responsável principal do IIDH pela organização deste curso, e a Dra. Julia Barros Schirmer, Assessora Internacional da Secretaria de Di-

reitos Humanos da Presidência da República, para receberem das mãos do Dr. Roberto Cuéllar e do Prof. Paulo Bonavides, aqui representando respectivamente o IIDH e o IBDH, uma certificação de nosso reconhecimento.

Reiteramos o compromisso, estampado no site do IBDH, de destinar o saldo remanescente da conta aberta para este curso no Banco Bradesco ao *Lar Amigos de Jesus*, que dá acolhimento, apoio e assistência a crianças pobres, vítimas de câncer. Celebramos, pois, este projeto de transcendente valor social, desenvolvido sob a liderança da Irmã Maria da Conceição Dias de Albuquerque, a quem pedimos uma salva de palmas.

O *Lar Amigos de Jesus* nos remete à Convenção sobre os Direitos da Criança e à advertência de que nos incumbe ampará-la, para que esta assuma uma existência individual e responsável numa sociedade livre, em que possa desempenhar no futuro uma função construtiva, respeitosa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Concluo com a riqueza do poema-canção de Armando Tejada Gómez, perenizado na voz da cantora argentina Mercedes Sosa:

“Nesta hora exatamente, há uma criança na rua... / Há uma criança na rua! / É honra dos homens proteger o que cresce, / cuidar que não haja infância dispersa pelas ruas, / evi-

tar que naufrague seu coração de barco, / sua incrível aventura de pão e chocolate, / pondo-lhe uma estrela no lugar da fome. / De outro modo é inútil, de outro modo é absurdo / ensaiar na terra a alegria e o canto, / porque de nada vale se houver uma criança na rua... Pobre de quem esqueceu que há uma criança na rua, / que há milhões de crianças que vivem na rua; / e uma multidão de crianças que crescem na rua. / Eu as vejo apertando seu coração pequeno, / olhando a todos com fábula nos olhos. / Um relâmpago truncado lhes cruza o olhar, / porque ninguém protege essa vida que cresce / e o amor se perdeu, como uma criança na rua.”

Obrigado. Que Deus nos abençoe a todos e todas e proteja as crianças pobres, vulneráveis e excluídas deste imenso país, crianças, que, na linguagem de Eduardo Galeano, não são seres humanos, “são recursos humanos; não tem cultura, têm folclore; não têm cara, têm braços; não têm nome, têm número; não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguém, que custam menos do que a bala que os mata”. A elas, nossa atenção prioritária; a elas, dedicamos este curso. Um país rico é um país sem pobreza, ou devo dizer melhor, como o faz Roberto Cuéllar: País natural é um país sem pobreza

